

## **PROJETO ARCO TIETÊ**

### **SEMINÁRIO TEMÁTICO**

#### **REGISTRO DE REUNIÃO – 02/04/2013**

No dia 02 de abril de 2013, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, localizado à Rua da Consolação 94, com a presença dos cadastrados habilitados ao Chamamento Público nº 01/2013/SMDU conforme folha de presença anexa, a primeira sessão do Seminário Temático do Arco Tietê, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da São Paulo Urbanismo. O Sr. Gustavo Partezani Rodrigues, Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo e Presidente da Comissão Especial de Avaliação, iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos presentes e explicando que o objetivo do Seminário Temático é promover a troca de ideias e debates sobre os projetos colocados de responsabilidade dos Governos Municipal, Estadual e Federal, na área de abrangência do Projeto Arco Tietê. Explicou, em seguida, a dinâmica dos trabalhos e apresentou os dois palestrantes da primeira parte dessa sessão: o Sr. Fernando Mello Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, e o Sr. Eduardo Xavier da Companhia São Paulo Parcerias, empresa municipal de parcerias público-privada, representando o Secretário de Finanças, Sr. Marcos Cruz. Em seguida, passou a palavra ao primeiro palestrante, Arq. Fernando Mello Franco que iniciou sua preleção agradecendo a participação dos presentes pelo interesse em participar do Chamamento Público, informando que se trata de um processo prioritário da atual gestão municipal e que, com certeza, trará resultados positivos para a cidade. O objetivo do encontro é deflagrar o processo de trabalho que será iniciado formalmente em duas semanas. A Administração quer deixar absolutamente claras as regras desse processo de forma a se ter um processo sem percalços, além de explicitar os riscos do processo a todos os participantes. Trata-se de um processo novo no âmbito da prática institucional no país. Assim, uma série de questões devem ser colocadas e pactuadas de forma a alcançar-se o melhor resultado. O que rege o processo é a busca e a garantia dos interesses públicos. A administração convoca a sociedade a participar de um processo de debate e de formulação de soluções. Todo o processo será pautado pelo poder público, do início ao fim, de forma a que se possa alinhar todo o desenvolvimento dos trabalhos em busca da formalização das políticas públicas. Parte desse processo passa por um processo de legitimação que contenha formas de debates abertos e participativos da sociedade ou com seus representantes. A constatação que se tem é que a maior parte dos planos de intervenção urbana sofreram por haver descompasso entre a formulação das propostas e a aderência por parte da sociedade. Portanto, sem os ritos de participação as propostas não vingarão. Caberá ao setor público ser o mediador/facilitador do processo de discussão ampla com a sociedade. O andamento do chamamento público será acompanhado de perto por outras instituições: Câmara Municipal, Ministério Público e está em negociação

com o BID para que o banco também acompanhe o desenvolvimento dos trabalhos, como um observador isento. Também a SPP estará conveniada com a SMDU para auxiliar na condução dos trabalhos desse Chamamento Público. Diante desse ponto de partida, o processo de trabalho ocorrerá em duas fases. O Arco Tietê não é um território de intervenção, mas sim de análise que estará sujeito a um ou mais recortes específicos de ação, de intervenção, de transformação. É um território estratégico do ponto de vista da cidade, da metrópole e da macrometrópole. Deve ser visto em diversas escalas, local e regional, porém com foco em ações e empreendimentos que caibam dentro de uma lógica de projeto urbano. Diante dessa complexidade, antes de fazer as propostas, deve-se construir as “perguntas” de forma coletiva para a sua legitimação por meio da apresentação e do debate com a população em geral. A primeira fase, então, não é de propostas e sim de formulação de conceitos e de questões que depois nortearão os trabalhos. Após os dois meses de trabalho, será feita uma síntese a ser apresentada aos senhores, na forma de um escopo detalhado de trabalho. A partir desse escopo haverá um norte comum a todos os habilitados. Daí as respostas às perguntas serão de âmbito totalmente privado, pois se trata de uma competição entre todos os interessados e, por isso, será garantido o sigilo às propostas de todos. Para iniciar os trabalhos, então, foi preparado este Seminário com o intuito de apresentar os diversos projetos colocados na área nos âmbito das três esferas de poder. Assim, serão feitas apresentações por todos os agentes que se tenham intervenções na área para introduzir os participantes aos temas e servir de facilitador de um processo de articulação institucional necessário entre os agentes públicos e os habilitados ao chamamento. Trata-se de um projeto de governo bastante amplo que deve se articular com os projetos dos governos estadual e federal e sem essa articulação nenhum projeto vai ter efetividade. O papel da SMDU é facilitar essa aproximação, difundir de informação e promover o debate e a articulação entre as políticas setoriais. Uma pergunta bastante recorrente é: o que a PMSP está querendo? A explicitação do que a PMSP está propondo para este processo será indicado na última sessão do Seminário. Queremos, antes, apresentar os temas e debatê-los com os senhores para, ao final construirmos a síntese e a apresentarmos aos senhores. Pode-se, no entanto, colocar que está registrada no Plano Diretor vigente a necessidade de reduzir as desigualdades econômicas, sociais e espaciais que também se expressam no território. A população procura uma vida melhor numa cidade como São Paulo, que é muito árida. É uma cidade que sofreu enormes intervenções, públicas e privadas, para transformar uma pequena vila, do final do séc. XVIII, cem anos depois na maior cidade da América do Sul, o que não é pouca coisa. Esse modelo já se esgotou. A cidade industrial já está sendo revista. Queremos uma cidade que garanta a pujança de sua produção ou que, além disso, seja um espaço digno de morar para todos. Para isso, é necessária a redução das desigualdades. Afinal, a cidade é a principal plataforma de desenvolvimento econômico e social. Precisamos investir arduamente nessa redução. Isso passa pela rediscussão dos modelos da própria cidade, sem cair em discussão abstrata. Verticalização,

adensamento, estoques são conceitos abstratos que não garantem qualidade e urbanidade. Talvez faça mais sentido entendermos discussões sobre o equilíbrio das funções da cidade, sobre a racionalização e otimização dos investimentos públicos, sobre a possibilidade da aproximação da moradia e do emprego, sobre a possibilidade de regulação e de que forma utilizar os tecidos fabris subutilizados, sobre a necessidade de revisão ou de refundação da maneira pela qual a cidade vai se relacionar com seus recursos naturais etc. No fundo, essas discussões passam pelo Arco do Futuro e, em especial pelo Arco Tietê, que é um segmento absolutamente estratégico no que diz respeito ao passado, de fundação da cidade, do Estado e quiçá do próprio Brasil, e quanto ao futuro que a gente vislumbra. Foi nele que foram realizados os grandes investimentos que garantiram o suporte para o desenvolvimento industrial. E, nesse momento em que a cidade passa por um processo de alterações significativas em todos os sentidos, esse território será um território estratégico para o futuro. Resumidamente, Pode-se colocar três questões básicas: 1) a cidade precisa se reconciliar com sua geografia, com seus recursos naturais. É necessário pensar em outro modelo de ocupação da cidade de uma forma geral e, especificamente, no que tange à ocupação das várzeas e planícies fluviais. Nesse sentido, o Arco Tietê, por ser um território com bastante área disponível, permite ensaiar novos modelos de relação entre a cidade e suas várzeas e seus recursos hídricos. 2) esse é um território bastante caracterizado por funções industriais, que passam por um processo de reestruturação de revisão, o que traz duas perguntas subseqüentes: a) o que dessas indústrias é, de fato, utilizado e que se encontra disponível para renovação e transformação em outras expressões da cidade? Trata-se de uma pergunta fundamental, pois atinge todos os territórios industriais do Arco do Futuro; b) o que ainda é território produtivo? O que deve ser resguardado para as funções vitais da cidade, funções produtivas, sejam industriais, seja, sobretudo, para os próprios fluxos de pessoas e de mercadorias da metrópole. Serão apresentadas algumas análises feitas pelo SEADE impressionantes sobre os dados econômicos que mostram a queda da atividade industrial na cidade como um todo, uma estabilização do comércio, um crescimento, obviamente, dos serviços, a grande vocação da cidade, mas, sobretudo, um crescimento exponencial das atividades de logística na cidade. E o Arco Tietê é estratégico também para isso. Isso demonstra a necessidade de se pensar nas novas vocações produtivas da cidade, em especial desse território. O terceiro eixo importante é a mobilidade e tem-se no Arco Tietê um patrimônio incomensurável para a cidade que é o sistema ferroviário, acrescido de uma pequena parcela do sistema metroviário, e teremos, a partir dos investimentos futuros, a possibilidade de ampliar a mobilidade coletiva da cidade acrescentada a todo o plano de corredores de ônibus municipais e plano cicloviário. É um território que, por ser plano, permite pensar em inúmeras formas complementares de mobilidade, seja micro, seja macro, e parece que uma das principais questões é o enfrentamento das restrições à mobilidade. O que fazer, então, com essa área? Pretende-se a ocupação dessa área com responsabilidade e garanti-la como área estratégica tanto para

trabalhar quanto para morar. Então, a questão da habitação passa a ser uma das questões centrais e a habitação nesse território permite pensar em modelos de cidades complexos em que se possa aliar trabalho, moradia, mobilidade e o próprio ambiente de uma maneira articulada, integrada. Esse é o pano de fundo que será traduzida, pelos senhores, em inúmeras possibilidades de formalização e mais ainda, também, em modelagens que permitam as estratégias de concretização da cidade que se quer. Esse chamamento é um processo complexo que pressupõe inúmeras formas de articulação, perpassando pela articulação das forças dos agentes públicos setoriais e termina na articulação dos senhores no que se refere à interdisciplinaridade das equipes que, caso não seja atendida, não terá a menor condição de responder, com competência, aos desafios colocados. Estamos bastante satisfeitos com a formatação das equipes, pois se encaminham para a compreensão de que se trata de um trabalho interdisciplinar e que, portanto, serão equipes abrangentes e complexas. Encerrando chamou a atenção para dois aspectos que são importantes, para a cidade, em início de gestão, e a relação entre elas e o Arco Tietê: 1) está-se revisando o marco regulatório – Plano Diretor Estratégico – que constrói um projeto para além de uma gestão, um plano de estado e 2) a discussão do Programa de Metas dessa gestão. Não adianta ficar discutindo índices e abstrações. Pretende-se discutir a cidade, quer negociar os conflitos inerentes da cidade por meio de um campo bastante profícuo de debate e de negociação, que é o campo do projeto. Não um projeto desenho, mas um projeto que contemple esse processo que estamos enfrentando. Assim, o Arco Tietê é um campo de debate do PDE e um campo de debate do Programa de Governo. Está em total sintonia com o PDE vigente e em total sintonia com o Plano de Metas. Vou apresentar cinco imagens que sintetizam o Plano de Metas deste governo que se traduz no momento inaugural do projeto de cidade. Houve um processo pouco explicitado pela mídia sobre a formação do Plano de Metas, a partir de listagens enviadas pelas diversas Secretarias, buscou-se identificar as sinergias entre as metas e se buscou, em seguida, entender como essas metas se relacionavam com o território. Foram geradas, então, cinco articulações territoriais dessas metas. Ficou evidente que essas articulações traduziam algo que está expresso no Plano Diretor que é o mapa de macro áreas vigente na cidade. Não queremos reinventar a roda, mas considerar processos que já estão presentes na cidade. A partir disso vimos o quão potente seria o encaminhamento dessa questão. O novo talvez seja não a leitura propriamente do território, mas o desejo e a ação na articulação das políticas, o que é algo que não é comum na experiência política do Brasil. Assim, temos cinco articulações: a primeira é o conjunto de ações que articulado incide na transformação dos territórios onde os maiores índices de vulnerabilidade se expressam, buscando o resgate da cidadania da população que habita esses territórios e a partir disso, possibilitar a retroalimentação do processo, plataformas de desenvolvimento. O segundo é o Arco do Futuro, com toda a sua complexidade, que é um território estratégico que foi apresentado na última reunião, que é o Rio Tietê, segmento que é resultado do cruzamento de duas diretrizes expressas no PDE de 2002, de

renovação dos tecidos industriais, das diagonais sul e norte, Lapa-Brás, acrescida por uma preocupação de todo o enfrentamento das graves questões ambientais desestruturadas pela lógica de nossa bacia hidrográfica que tem o Rio Tietê como principal eixo. O terceiro é a percepção de que enquanto o Arco do Futuro é território estratégico para as relações macro, que visa receber, acomodar e renovar a formas de uso dos territórios estratégicos que têm importância nas vocações produtivas da cidade, precisamos de uma política de ações complementares bastante difusas que ajudassem a estruturar a totalidade dos espaços da cidade, sendo necessária uma expansão e articulação de rede de mobilidade calcada apenas nas esferas de ação da municipalidade – os corredores de ônibus, agora vistos não mais como corredores de ônibus, mas como corredores urbanísticos articulados com os equipamentos para o fortalecimento das centralidades e núcleos de bairro. Em quarto lugar, um território estratégico que é tangenciado pelo AT que é a requalificação da área central, de importância crucial, e que está sofrendo as maiores transformações demográficas dos últimos anos, que merecem toda a nossa atenção. Por fim, é difícil dizer aonde a cidade começa e aonde ela termina, o que é urbano e rural. Precisamos olhar a totalidade da mancha municipal e metropolitana e da sua interface com todos os recursos ambientais. Estão sendo identificadas, nas bordas da cidade, uma série de ações articuladas que visam equacionar, antecipar, naquilo que é possível, movimentos importantes do ponto de vista de desenvolvimento que serão catapultados pela conclusão do Rodoanel, por um lado, pelo desejo e necessidade de preservação dos recursos naturais que não são pequenos em São Paulo e, por outro lado, estamos acomodando as forças contínuas de expansão da área efetivamente ocupada. Essas coisas se articulam e já estão expressas nas macroáreas do PDE e, portanto, estamos em total aderência com o que consta no marco urbanístico da cidade. O Arco Tietê permitirá discutir a cidade que queremos. É como se disséssemos que nesta não tão pequena parte poderemos falar do todo e o resultado desse processo de trabalho estará em total consonância com a revisão do PDE que se inicia neste mês formalmente, em paralelo, e mais do que em paralelo, como uma das partes constitutivas, e vice-versa, desse processo de discussão do Arco Tietê. Em seguida, o Sr. Gustavo Partezani passou a palavra ao Sr. Eduardo Xavier, da Companhia São Paulo de Parcerias – SPP, que agradeceu ao convite feito pela SMDU para a participação no Seminário. O tema apresentado pelo Sr. Eduardo Xavier foi “O Instrumento da PMI (Processo de Manifestação de Interesse)”. Discorreu sobre o mecanismo de Concessão, apresentando seus conceitos – Concessão de Serviços Públicos e Concessão de Serviços Públicos Precedida de Execução de Obra e sobre as principais características do instrumento. Em seguida tratou das PPP – Parcerias Público-Privada explicando as modalidades de Concessão Patrocinada e de Concessão Administrativa, discorrendo sobre as principais características e sobre os principais agentes. Explicou as etapas do processo de concessão e entra na discussão do PMI apresentando suas características e suas etapas.

Na segunda parte dos trabalhos, o Sr. Gustavo Partezani iniciou falando sobre os resultados da habilitação dos cadastrados: 45 cadastrados foram habilitados, uma foi inabilitada por documentação e dois cadastrados desistiram do certame. O resultado da habilitação foi publicado em 26 de março de 2013. Como resultado da habilitação, foi estabelecido o valor máximo a ser pago pelos trabalhos que forem aproveitados e implantados. Esse valor, calculado com base em uma média ponderada utilizando-se os valores e a proposta metodológica apresentados pelos inscritos e considerando o que a PMSP quer para o território, é de R\$ 3 milhões. A primeira fase é conceitual, apresentação de propostas e de hipóteses que levarão a SMDU a delinear uma série de projetos estratégicos, planos urbanísticos ou objetos de futuras parcerias ou concessões para a 2ª fase. Os interessados devem declarar, na entrega das propostas, o tempo necessário e o valor para o desenvolvimento da 2ª fase. Quando a SMDU entregar os trabalhos da 1ª fase aprovados, informará o prazos e os valores a serem pagãos para o desenvolvimento da 2ª fase. Em seguida, tratou da agenda dos trabalhos: dia 7 de fevereiro publicação do edital, duas reuniões abertas cujas atas estão disponíveis na página do Arco Tietê, da PMSP. O recebimento das propostas ocorreu em 11 de março de 2013 e a publicação da habilitação em 26 de março de 2013. Esta primeira reunião é para as instruções de trabalho. O prazo de 60 dias, para a execução dos trabalhos da 1ª fase, começa a ser contado em 15 de abril, encerrando-se em 15 de junho com a entrega das propostas dessa fase. A avaliação da fase conceitual levará 30 dias para a sua conclusão. Em 15 de julho, então, inicia-se a 2ª fase, que é um processo confidencial de participação, como se fosse uma concorrência. Pretende-se chegar em 15 de janeiro com a proposta final. Poderão ser realizadas, na 1ª fase, novas reuniões para estudos de projetos colocalizados que não estejam na agenda deste seminário, com outros agentes que não participaram destes trabalhos. Isso poderá ocorrer durante a segunda fase, com a complementação de informações necessárias, mantida a confidencialidade do processo. Em seguida apresentou a programação das demais sessões do seminário Temático do Arco Tietê. Apresentou o material distribuído aos participantes composto por diversos arquivos de plantas e mapas temáticos, além de modelo de apresentação das propostas. No dia 11, haverá o fechamento deste evento com os produtos esperados e formatos de entrega para a 1ª fase e os formatos de entrega. Haverá, também, uma explanação sobre os critérios Na semana do dia 15/04, haverá uma reunião aberta com a população em local a ser definido, para ouvir as demandas da sociedade sobre esse território.

Em seguida respondeu às perguntas feitas pelos participantes e convidou a todos ao novo encontro que ocorrerá no dia 04/04/2013.

PERGUNTA: Foi mencionada a concomitância das discussões entre o Plano Diretor Estratégico e o Projeto Arco Tietê. Como serão desenvolvidos os dois processos?

RESPOSTA: Na sessão do dia 11/04, quando for discutido o marco regulatório, será feita uma apresentação sobre isso.

PERGUNTA: Durante a primeira fase, haverá a necessidade de apresentação de pré-viabilidade financeira e jurídica? Qual será o papel do BID no processo?

RESPOSTA: Os produtos esperados estão no edital de chamamento. Não se trata de uma modelagem financeira, pois ainda não haverá objeto, mas sim estudos urbanísticos com possíveis objetos. Um estudo socioeconômico é sempre importante para determinar o conceito. Os instrumentos jurídicos de atuação também são importantes. Do ponto de vista financeiro, pode mostrar alguns instrumentos sem detalhá-los. Trata-se de uma formulação de hipóteses. Na segunda fase, então, haverá um detalhamento dos instrumentos. O BID será um parceiro no acompanhamento da avaliação. O papel ainda está em construção. O banco ofereceu o apoio, que foi aceito pelo Prefeito. A SPP também dará o apoio no processo disposta a tirar dúvidas e esclarecimentos e a construir coletivamente o processo.

PERGUNTA: Tratando-se de estudos para a realização de empreendimentos no âmbito da transformação territorial, em diferentes intervenções setoriais, como vai ser enfocada a abordagem da questão fundiária envolvida?

RESPOSTA: A questão fundiária é fornecida no mapa digital da cidade e nas bases setoriais. Como resolver a questão fundiária, é uma pergunta a ser feita. Eu a devolvo aos participantes. Responder em termos de regulação, do dimensionamento, da formatação, da aquisição de terras vinculada aos instrumentos jurídicos e econômicos é uma pergunta que deve ser feita aos participantes.

Encerrando, o mediador agradeceu a participação dos palestrantes e convidou a todos para a próxima sessão do seminário que ocorrerá em 04/04/2013.

O detalhamento das apresentações pode ser visualizado no material anexo a este registro e na página eletrônica do Arco Tietê.

**0-0-0-0-0**